

PROJETO: MONTANDO O MEU ESTADO

Ticiano Duarte Pedroso¹ - CMSF
Valéria Vargas Mello² - CMSF

Eixo Temático: Ensino Médio

Resumo

O projeto “Montando o meu Estado” é uma atividade interdisciplinar que surgiu a partir de exemplos reais noticiados como fatos curiosos nos canais de comunicação. Da curiosidade que estas reportagens despertavam nos estudantes, juntamente com o fato do conteúdo programático abordar os temas Política, Poder e Estado, surgiu a seguinte situação problema: se eu tivesse a possibilidade de criar o meu Estado, como ele seria? Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi possibilitar aos estudantes de 2º ano do Ensino Médio a compreensão e aplicabilidade dos conceitos abordados nos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia e Geografia no funcionamento e na gestão dos Estados. O trabalho consistiu na divisão das turmas em grupos, que receberam a tarefa de montar e gerir um Estado/país fictício, de acordo com as condições geográficas reais, formas e regimes de governo sorteadas. Além disso, foram lançadas questões problema de cada componente curricular, tais como problemas ambientais, políticos e sociais. A realização desse trabalho se deu por meio de plataformas digitais. Cada grupo montou um blog, que se tornou a página “oficial” de seu país. Esse tipo de metodologia empregada exigiu um comprometimento maior das turmas, uma vez que todas as postagens foram avaliadas pelo conteúdo e teor, assim como pelo cumprimento dos prazos estipulados. No total, foram criados 12 Estados, seguindo orientações políticas e formas de governo diversas, dentre elas liberal de esquerda, liberal de direita, repúblicas democráticas e ditatoriais, monarquias absolutistas e parlamentares.

Palavras-chave: Estado. Filosofia. Interdisciplinaridade. Política. Sociologia.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Professor de Sociologia e Filosofia do Colégio Marista São Francisco. E-mail: ticiano.pedroso@maristas.org.br.

² Especialista em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Orientadora educacional do 6º ano ao Ensino Médio do Colégio Marista São Francisco. E-mail: valeria.mello@maristas.org.br.

Introdução

Como professor da área de Ciências Humanas, uma das maiores dificuldades encontradas dentro da prática escolar é mostrar o significado real e a aplicabilidade do conteúdo trabalhado em sala de aula na vida cotidiana do estudante. Tentando quebrar o clichê, estabelecido entre muitos estudantes, de que aquele conteúdo não servirá para nada na sua vida, é que repousa talvez o mais incisivo esforço do professor de Filosofia e de Sociologia.

No entanto, nos últimos anos as ferramentas digitais têm facilitado bastante o trabalho nesta área, com inúmeros vídeos, animações, infográficos e uma infindável quantidade de materiais produzidos diariamente e disponibilizados na rede. Tornou-se necessário, então, ir além da notícia. Atentar para as informações que circulam na internet, em *sites* especializados e canais de vídeos pode ajudar muito o trabalho na área das Humanidades.

O projeto “Montando o meu Estado” surgiu de exemplos reais noticiados como fatos curiosos nos canais de comunicação. Uma notícia, publicada em 14 de agosto de 2015, era justamente a seguinte: “Tcheco funda país livre em terra de ninguém na Europa”. Vit Jedlicka, político tcheco que idealizava um país livre, fora do alcance de forças políticas da região, fundou um Estado no meio da Europa, em um território localizado entre Croácia, Sérvia e Hungria, não reivindicado por nenhum deles.

Outro exemplo que suscitou o projeto foi o microestado de Seeland, o menor país do mundo: uma antiga plataforma de petróleo abandonada em águas internacionais, perto de Sulf Olk, no sudoeste da Inglaterra. Seeland possui um *site* onde constam informações do local e todo o aparato possível: rei, herdeiros, moeda, constituição, *souvenir*, equipe esportiva, hino, dentre outros. Esse microestado de 550 m² foi fundado em 1967, pelo aventureiro inglês Paddy Roy Bates. Após seu idealizador ter uma série de problemas com a justiça da Inglaterra, teve a ideia de reivindicar o referido espaço, uma vez que este se encontrava em águas internacionais, portanto fora da abrangência da dura lei britânica.

Partindo da curiosidade que essas reportagens despertavam nos estudantes, juntamente com o fato de o conteúdo programático abordar os temas Política, Poder e Estado, surgiu a seguinte situação problema: se eu tivesse a possibilidade de criar o meu Estado, como ele seria? Muitas outras questões foram sendo inseridas na problemática do assunto, como: quais princípios teóricos filosóficos norteariam as minhas ações enquanto governante? Qual sistema

de governo seria adotado? Qual regime político vigoraria no meu Estado? Onde este Estado estaria sediado e qual seria a principal fonte de arrecadação?

Nas Matrizes Curriculares do Brasil Marista, a situação-problema no Ensino Fundamental e Médio tem a duração de no máximo, um trimestre, buscando práticas interdisciplinares. E a pesquisa é a ferramenta fundamental na condução das situações de aprendizagem, que partem do estudo do contexto.

Um fator que reforçou a realização deste trabalho foi justamente o período político conturbado no qual nosso país se encontra, com muitas críticas ao governo vigente e muito pouco conhecimento sobre o funcionamento do Estado em que vivemos. Uma das principais atribuições dos professores de Sociologia, Filosofia e História no Ensino Médio é oportunizar ao estudante o entendimento do funcionamento do Estado Brasileiro, para que ele identifique as contradições existentes entre os discursos e a prática da política. Assim como identificar os poderes, compreender que estes devem trabalhar de forma conjunta e que, dentro de um Estado democrático moderno, a burocracia existe justamente para organizar e fazer com que tais poderes não ultrapassem os limites estipulados pela lei.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi possibilitar aos estudantes a compreensão e aplicabilidade dos conceitos abordados nos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia e Geografia no funcionamento e na gestão dos Estados.

Metodologia e desenvolvimento

Este projeto surgiu de uma proposta de trabalho interdisciplinar, por área do conhecimento, envolvendo os componentes curriculares de cada uma, partindo de uma situação-problema. Sobretudo, é importante considerar o pensamento do sociólogo francês Philippe Perrenoud (1999, p. 75), de que “certas competências a serem construídas são claramente disciplinares, enquanto outras se situam no cruzamento de outras disciplinas”. O sucesso, entretanto, não reside apenas na integração das disciplinas, mas principalmente na atitude interdisciplinar dos envolvidos.

Dialogando com o componente curricular de Geografia, chegou-se à definição de que o projeto partiria da localização geográfica (continente e país); dentro disso, o professor de Geografia definiu as seguintes possíveis regiões para dar início à pesquisa: Europa, América do Norte, América do Sul, África e Oriente Médio. Como premissa básica para construção

dos trabalhos, cada país/Estado dos continentes americano e africano teria no seu passado uma condição de colônia com os Estados da Europa.

Sendo assim, os Estados precisavam criar suas histórias de libertação de um sistema colonial fundamentados nas ideias liberais e iluministas estudadas no componente curricular de Filosofia. Todas as histórias foram criadas ficticiamente, utilizando alguns personagens e fatos da história local de cada região. Muitos personagens e fatos históricos foram mantidos, o contexto europeu das grandes navegações, colonização da América, revoluções burguesas, Império Napoleônico e o neocolonialismo serviram como pano de fundo para o desdobramento das ideias que originaram as histórias desses Estados. Sendo assim, considera-se a relevância de o estudante ter um bom domínio desses conteúdos do componente curricular de História para conseguir construir a argumentação que deu origem à história de seu Estado.

A aplicação do projeto se deu de forma conjunta nas três turmas de 2º ano do Ensino Médio. Cada turma foi dividida em grupos de no máximo seis integrantes, resultando numa média de cinco Estados por turma. Conforme já foi mencionado, cada grupo recebeu uma região geográfica específica do globo para montar seu Estado. Um sorteio foi realizado para definir a forma de governo a ser seguida e, de acordo com Queiroz (2008, p. 186), “a forma de governo se refere à maneira como se distribui o poder na sociedade e como se estabelecem as relações entre governantes e governados”. A partir disso, os grupos passaram a elaborar um projeto político de Estado seguindo suas orientações políticas e filosóficas.

A realização deste projeto se deu completamente de forma digital. Cada grupo ficou responsável por montar um blog, que se transformaria na página “oficial” de divulgação de seu Estado. Semanalmente, cada grupo recebia algumas perguntas e tinha o prazo de uma semana para resolver e publicar no blog as respostas. Ao fim, a somatória dessas questões resultou numa página com informações e aspectos gerais sobre cada país/Estado.

- ***Componente curricular de Geografia***

Conforme já foi mencionado anteriormente, o projeto teve início com o sorteio das regiões que seriam objeto de estudo por parte dos grupos. Um dos cuidados tomados nessa questão, que demandou maior atenção, foi a necessidade de manter uma relação de colônia-metrópole. Sendo assim, a divisão de alguns grupos foi pensada para manter uma lógica de acompanhamento linear da História, muito embora os Estados surgidos não obrigatoriamente

tivessem que acompanhar e seguir todos os desdobramentos históricos. Após o sorteio da região e identificação do objeto de estudo, os estudantes passaram a fazer um levantamento/mapeamento sobre as condições geográficas em que teriam que fundar as bases de seu Estado.

O levantamento geral de todos dados geográficos da região, tais como: clima, relevo, solo, hidrografia, recursos naturais, minerais, qualidade de vida, índice de desenvolvimento humano (IDH), gerou uma série de informações, que foram tratadas e transformadas em um documento chamado de *Carta Endereçada ao Alto Comissário da ONU*. Este documento fictício, baseado em informações reais, funcionou como ponto de partida para o restante do projeto, pois foi justamente após uma breve identificação que estes Estados passaram a reger seus planejamentos econômicos, políticos e sociais.

Outro ponto importante a ser destacado foi a forma como esses Estados lidaram com problemas de ordem ambiental. O destino correto para o descarte do lixo, a renovação e novas fontes de energias, programas de proteção ao meio ambiente, redução da emissão de gases e um maior controle sobre os recursos naturais e minerais transformados na principal fonte de economia desses países.

- ***Componente curricular de Sociologia***

O componente curricular de Sociologia, no terceiro trimestre, aborda o eixo temático Poder, Política e Estado. Nesse panorama são trabalhadas as inúmeras questões que envolvem um Estado, desde as suas premissas básicas, tais como povo, território, soberania e governo, passando por democracia, formas de governo, sistemas de governo.

Tendo por base esses assuntos, desenvolvidos de forma teórica em sala de aula, objetivou-se uma didática de aplicabilidade destes conceitos e termos na conjuntura de seus Estados. Ou seja, o que se procurou fazer dentro deste componente foi organizar uma divisão para que cada grupo/Estado tivesse que elaborar sua política seguindo uma organização que deveria respeitar suas condições geográficas, fatores culturais locais, mas que, dentro do âmbito político, deveria orientar-se de acordo com as formas, sistemas e regimes de governo adotados.

De acordo com Francisco Queiroz (2008, p. 186), a moderna teoria política, conhecida como teoria de Maquiavel, consagra duas formas históricas de governo: a Monarquia e a República. A diferença consiste basicamente na figura do chefe de Estado: se presidente,

vigora uma república, mas se o chefe de Estado for um rei ou uma rainha, a forma de governo deste país é uma monarquia.

Os sistemas de governo são definidos como a maneira pela qual atuam os órgãos constitucionais do Estado. Configura-se no relacionamento entre quem executa e quem legisla a existência de dois sistemas: o presidencialismo e parlamentarismo. Além disso, no presidencialismo, a figura de chefe de Estado e chefe político repousam sobre a mesma pessoa, enquanto que no parlamentarismo essas atribuições são divididas nas figuras de diferentes atores políticos.

Nos países do mundo ocidental, basicamente podemos identificar três formas predominantes de regimes de governo: monarquia parlamentarista, república presidencialista e a parlamentarista. No entanto, como o trabalho envolveu países do Oriente Médio e também do continente africano, foi necessário não limitar os grupos somente a esses três exemplos, uma vez que não é difícil encontrar nessas regiões governos extremamente autoritários, ditatoriais, disfarçados sob o rótulo de república. Quando se abordam as formas, sistemas e regimes de governo, é necessário também trabalhar com as degenerações e derivações dos termos. Sendo assim, uma república pode ser democrática, autoritária, oligárquica ou pode assumir diferentes outras facetas no que tange ao seu funcionamento. Assim como uma monarquia pode ser absolutista ou parlamentar.

Depois de realizada esta etapa de caráter conceitual, os grupos precisaram optar por qual forma, sistema e regime iriam orientar seus Estados. Uma vez definido esse ponto, o trabalho passou a agregar outras questões, tais como as preocupações de ordem econômica, social e ambiental.

No âmbito organizacional, os grupos tiveram que elaborar políticas para cuidar dos problemas sociais encontrados nas regiões, apresentar propostas e soluções para questões sempre presentes nos debates políticos, tais como saúde, educação, segurança, habitação e transporte. As soluções, encontradas dentro de cada um destes setores, deveriam ser propostas elaboradas com bases em um breve estudo de caso, no qual não poderiam ser empregadas medidas inviáveis, pois justamente deveriam ser respeitados os fatores políticos, filosóficos que fundamentavam a regulamentação e organização daquele Estado.

- *Componente curricular de Filosofia*

O componente curricular de Filosofia inicia a abordagem da questão política na metade do segundo trimestre, quando trabalha a formação do Estado Moderno partindo de concepções teóricas de Maquiavel, Hobbes, Jean Bodin e Jacques Bossuet. Daí em diante o conteúdo mergulha numa viagem histórica sobre as fundamentações filosóficas que embasaram tanto os Estados modernos absolutistas quanto os Estados democráticos, originados no âmbito do desgaste do absolutismo, com a emergência das ideias iluministas e as revoluções burguesas.

No caso desse componente curricular há uma complementação por parte da Sociologia, pois ambos abordam Poder, Política e Estado, porém com enfoques diferentes. Enquanto a Sociologia faz uma discussão com foco no poder e nas relações sociais decorrentes dos sistemas/formas de governo na sociedade, a Filosofia estende suas análises para as concepções teóricas que embasam e dão sustentação a esses governos. Sendo assim, a Filosofia parte para um entendimento do que é e quais são as ideias que dão sustentação ao Estado.

Para compreender como se dá a vida dentro desse novo sistema, sob as ordens de um soberano, é preciso saber os conceitos básicos que implicam a vida política, os problemas decorrentes de um poder centralizado e as necessidades de mudança geradas com o desgaste das formas de governo. Para isso, então, depois de Maquiavel, que fundamenta a política moderna, é preciso retornar à Grécia Clássica de Aristóteles para entender os conceitos de democracia, cidadania e política. Muito embora tenham se modificado e adquirido feições distintas ao longo da temporalidade histórica, é fundamental reconhecer as permanências e rupturas nesses conceitos.

Para falar de política, é fundamental ter-se a consciência de toda a sua evolução, uma vez que tanto o Estado moderno, que emerge a partir do século XV, quanto o Estado liberal democrático no século XVII, que viria a lançar as bases do que temos e conhecemos como Estado hoje, buscam fundamentações nas ideias clássicas de Aristóteles e de Platão para democracia, cidadania e política.

Resultados e dificuldades encontradas

Como produto final da execução deste projeto há os blogs de cada país, desenvolvidos pelos grupos. No entanto, deve-se considerar que todas as etapas de criação e discussão dos

temas propostos foram consideradas como resultados preliminares; sendo assim, este projeto não apresenta um único resultado.

Um ponto importante a ser ressaltado é que algumas das orientações políticas filosóficas dos Estados partiram dos próprios estudantes, pois muitos deles já possuíam algum tipo de conhecimento prévio ou simpatia com o tema. Entende-se, dentro dessa perspectiva, ser importante trabalhar a autonomia do estudante, partindo dele o interesse pela pesquisa e cabendo ao professor o papel de gerador de problemas, colocando-o na função de buscar solução para as questões surgidas com o decorrer do desenvolvimento do trabalho.

De acordo com Perrenoud (1999, p. 9), “a atuação docente vai além da elaboração de estratégias e ações. Vislumbrar o novo significa ser coerente na sua prática, construir juntos e ter a visão que a ação pode mudar a situação”. Portanto, a prática reflexiva, o trabalho em equipe, as pedagogias diferenciadas, a pesquisa, a observação são essenciais para construção de novas competências e novas práticas.

- *Questões políticas*

Dentro das orientações políticas e das formas e regimes de governo adotados, um dos grupos criou um Estado com orientação anarquista³, denominado Rodemoc⁴, o que suscitou uma relevante discussão de caráter teórico na execução do projeto, uma vez que o próprio anarquismo rejeita a ideia de Estado moderno. Dentro da trama histórica criada no trabalho, este país estava localizado no continente africano e havia sido uma ex-colônia de um Estado europeu também criado por outro grupo.

O grupo do país anarquista encontrou dificuldades em lidar com as questões-problema lançadas, pois, num primeiro momento, tentou resolver da forma mais prática possível, ou seja, negando tudo e qualquer tipo de relação com o capital. Dessa maneira, o desenvolvimento do trabalho seria inviável, pois se entende ser necessário lançar um grau de

³ Anarquismo: doutrina e movimento que rejeitam o princípio da autoridade política e sustentam que a ordem social é possível e desejável sem essa autoridade. O principal vetor negativo do anarquismo dirige-se contra elementos essenciais que constituem o ESTADO moderno: sua territorialidade e a consequente noção de fronteiras; sua soberania, que implica jurisdição exclusiva sobre todas as pessoas e propriedades dentro de suas fronteiras; seu monopólio dos principais meios de coerção física, com o qual busca manter essa soberania tanto interna como externamente; seu sistema de direito positivo, que pretende sobrepor-se a todas as outras leis e costumes; e a ideia de que a nação é a comunidade política mais importante. O vetor positivo do anarquismo volta-se para a defesa de uma “sociedade natural”, isto é, de uma sociedade autorregulada de indivíduos e de grupos livremente formados (BOTOMORE, 2012, p. 16).

⁴ Para conferir os resultados obtidos pelo grupo ver: <<http://rodemoc1109.blogspot.com.br/>>.

complexidade para que seja possível pensar um Estado dentro de suas atribuições reais, que envolvem uma imensa teia de relações econômico-internacionais.

Nesse caso, então, foi preciso lançar algumas perguntas para este grupo, que desde o início se mostrou bastante resistente à inserção de uma política econômica capitalista em seu território, pois estava fundamentado na ideia de anarquismo clássico, que, no plano real, fica inviável de ser aplicado, uma vez que dentro das propostas deste trabalho estavam a política econômica internacional, as relações de comércio e diplomáticas com outros países. Após pesquisa sobre a viabilidade da existência deste Estado, o grupo agregou o termo “sindicalista”, conferindo um caráter menos ortodoxo, mais plausível à orientação político-filosófica, e passou a ter como aliado internacional a Rússia.

A utilização deste termo⁵ confere a existência de um Estado e de uma ordem capital estabelecida na qual a proposta do trabalho passou a ter viabilidade. Nesse caso, o problema surgido no trabalho foi de ordem teórica, conceitual. Não obstante, esse debate foi tema de infindáveis discussões sobre as possibilidades de o anarquismo vir a ser um sistema ou modo de vida contraposto à sociedade de mercado.

Cabe aos educadores direcionar os estudantes para a pesquisa, leitura e busca por uma alternativa que não alterasse por completo a vontade do grupo de elaborar um Estado sob uma forma de governo que, em sua essência, nega a existência de um poder coercitivo sobre todos os seus cidadãos. Problemas dessa ordem não são práticas incomuns, ocorrem quase que cotidianamente dentro das salas de aulas, com perguntas que muitas vezes são capazes de gerar dúvidas até mesmo nos professores, pois existe um distanciamento muito grande entre o debate teórico e a significação que o estudante dá a este. Ainda sobre essa questão, Perrenoud (2000, p. 25-26) traz uma importante contribuição.

a competência requerida hoje é o domínio dos conteúdos com suficiente fluência e distância para construí-los, partindo em situações abertas e tarefas complexas, partindo do interesse dos alunos, explorando os acontecimentos, favorecendo a

⁵ O sindicalismo anárquico, ou também conhecido como anarcosindicalismo, surgiu com o objetivo de transformar os sindicatos em instrumentos revolucionários do proletariado em sua luta contra a burguesia, e fazer deles, e não das comunas, as unidades de base de uma ordem socialista. Pretendia-se que a revolução viesse a tomar a forma de uma greve geral, durante a qual os trabalhadores assumiriam os meios de produção, da distribuição e da troca e aboliriam o Estado. Foi através do sindicalismo que o anarquismo exerceu, no período entre 1895 e 1920, a sua maior influência sobre os movimentos trabalhista e socialista. Essa influência durou mais tempo na Espanha, onde, durante a Guerra Civil (1936–1939), os anarcossindicalistas tentaram colocar em prática sua concepção da revolução. Desde o declínio do sindicalismo, o anarquismo teve influência apenas limitada sobre os movimentos socialistas, mas houve um renascimento notável das ideias e tendências anarquistas (nem sempre reconhecidas como tal) nos movimentos da Nova Esquerda na década de 1960. [...] (BOTOMORE, 2012, p. 17).

transferência dos saberes. Essa facilidade na administração das situações e dos conteúdos exige um domínio pessoal além dos saberes da matriz disciplinar, ou seja, os conceitos, as questões e os paradigmas que estruturam os saberes na disciplina. Por isso, a importância de saber identificar as competências-chaves em torno das quais organiza as aprendizagens em função das quais orienta o trabalho em aula e estabelece prioridades.

O questionamento feito ao grupo partiu da seguinte situação: era preciso elaborar uma moeda e se relacionar com países vizinhos e até mesmo com as grandes potências econômicas e, neste caso, o Estado anarquista acabava por se inserir dentro do sistema capitalista. No mundo globalizado, há a necessidade de comprar produtos não disponíveis em seus recursos naturais ou incapazes de serem produzidos em seu território. Nesse sentido, objetivou-se o entendimento da dificuldade de fuga do sistema econômico vigente, sendo que todas as nossas atividades são capitalizadas.

Sendo assim, o grupo precisou ponderar uma série de questões para que pudesse participar de um sistema econômico global; neste caso, o Estado de orientação anarquista precisou abrir algumas exceções em sua política econômica, para então se relacionar com outros países e até mesmo estabelecer relações de comércio, tais como exportação e importação. O grupo, então, conseguiu perceber a grande diferença entre uma ideologia e a sua real aplicabilidade, entendendo a complexidade de implementação de um sistema político-filosófico dessa orientação num mundo globalizado e interligado pelos mercados.

A liberdade dada aos estudantes para escolherem suas orientações políticas e resolver todas as questões lançadas originou alguns problemas de ordem teórica e metodológica. Para melhor exemplificar essa situação, menciona-se o caso de um grupo que criou uma República ditatorial de esquerda, denominado Wadeya⁶, após o lançamento das questões: como o seu Estado trabalha e pensa a saúde pública? Quais soluções você apresenta para sanar os problemas encontrados?

O grupo entendeu, num primeiro momento, ser mais viável aplicar um modelo copiado de um país ocidental no qual o atendimento no setor da saúde era um exemplo a ser seguido. No entanto, o problema principal está no fato de esse modelo de gestão ser especificamente neoliberal, no qual os habitantes pagam por esse atendimento, que não é ofertado pelo governo e sim por empresas privadas do setor.

Não se trata de verificar historicamente se algo deste tipo existiu ou não, mas de pensar uma gestão de Estado coerente com a orientação política filosófica. Os estudantes

⁶ Para conferir os resultados obtidos pelo grupo ver: <<http://oprimidoenfim.blogspot.com.br/>>.

deste grupo foram orientados a repensarem a sua proposta passando para uma abrangência na qual o Estado tivesse o controle maior do sistema de saúde, assim como outros setores.

- *Questões ambientais*

Dentro do estudo geográfico de cada Estado, os grupos precisavam identificar quais eram os principais problemas ambientais enfrentados pelas regiões, verificar se esses problemas eram ocasionados internamente por meio de extração irregular de produtos naturais ou se eram uma derivação externa de ordem local/regional ou global.

Após a identificação dos principais problemas ambientais de seu Estado, cada grupo precisou organizar uma resolução para tais questões. Ou seja, após um estudo de caso, era necessário buscar alternativas viáveis, tendo por base informações e outros estudos já realizados com resultados plausíveis para questões de ordem similar.

A República Federativa do Jaboque⁷, assim como os outros Estados, foi um nome fictício dado à Jordânia; o nome deriva de um rio da região. Este grupo recebeu a difícil missão de implantar um Estado democrático no Oriente Médio e assim encontrar respostas para os inúmeros problemas reais daquela região. Os estudantes realizaram uma importante discussão a respeito das minas de extração de fosfato, colocando os problemas ambientais decorrentes desta atividade como principal questão ambiental a ser resolvida. Além disso, problematizaram a questão do trabalho em condições análogas à escravidão. Porém, como a proposta do projeto partia de situações reais, exigia o encontro de soluções que possíveis pudessem ser realmente postas em prática.

Este grupo apresentou um programa de reabilitação do solo, a fim de diminuir os danos causados ao meio ambiente pelo método de extração, além do reaproveitamento da água utilizada no processo de separação do minério, recuperação do ecossistema, substituição do solo, plantação de árvores e gramíneas. Para que essa política alcançasse os resultados esperados, o Estado elaborou um sistema de fiscalização rígida das empresas, além de ter uma mentalidade voltada para o sistema de vida sustentável, incentivando, por meio de um programa governamental, o uso de bicicletas.

⁷ Para conferir os resultados obtidos pelo grupo ver: <<http://repjaboque.blogspot.com.br/?m=1>>.

- *Questões sociais*

Um dos tópicos primordiais deste projeto era a construção do conceito de cidadão dentro de cada Estado. No componente curricular de Sociologia, os estudantes já haviam estudado cidadania e as concepções tradicionais, tais como o conceito de cidadão na Grécia e na Roma antigas até a posterior conquista por direitos de participação na sociedade, advindas das revoluções burguesas, da Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), além do conceito de cidadania no Brasil (QUEIROZ, 2008, p. 80).

Entretanto, o conceito de cidadania foi algo deixado em aberto para os grupos, pois a definição do que seria o cidadão dentro de cada Estado passava justamente pela elaboração dos valores éticos, morais e estéticos definidos por esses Estados, não esquecendo também da parte legal, que não foi deixada de lado, uma vez que foi necessário elaborar também uma breve Constituição na qual os mencionados valores deveriam estar dissolvidos em artigos e alíneas⁸.

A construção do conceito de cidadão, interligado aos valores e à Constituição, está condicionada às concepções filosóficas e também às formas e regimes de governos definidos. Com este exercício, o estudante passou a perceber o quanto a palavra “cidadania” está condicionada ao que o Estado define como primordial e como ele concebe e determina a participação política de seus cidadãos.

No decorrer do projeto foi lançada a seguinte pergunta: como o seu Estado lida com a questão da imigração? O problema das imigrações no mundo contemporâneo é um assunto muito debatido no campo das Ciências Humanas, tendo em vista que esta questão se acentuou nos últimos dois anos e os principais países da Europa passaram a conviver com a chegada de milhares de refugiados, provenientes, em sua grande maioria, de regiões devastadas por conflitos e guerras. Esses refugiados, de maioria muçulmana, vêm transformando e acirrando as tensões entre os países ocidentais, principalmente as grandes potências econômicas do continente europeu, como Alemanha, França e Inglaterra.

Houve uma divisão de posição dos Estados sobre como proceder nos casos de imigração. Alguns grupos se colocaram contrários ao problema da imigração, pois entendiam que a população sofre os problemas causados pela chegada de estrangeiros e, dessa forma,

⁸ Para conferir os resultados obtidos na elaboração da constituição e do conceito de cidadania, ver o blog do Estado: <<http://republicaimperialvb.blogspot.com.br/>>.

fecharam as portas de seus Estados para esses novos cidadãos. Por outro lado, outros grupos elaboraram políticas de acolhimento e inserção social do imigrante.

Considerações finais

A atividade originada da necessidade de trabalhar duas perspectivas diferentes (Sociologia/Filosofia) para um mesmo tema, a Política, o Poder e o Estado, foi ganhando corpo e assumindo sentidos distintos, porém afetuosa para os estudantes e professores envolvidos no transcorrer do projeto. Foi necessário criar uma metodologia de avaliação especial, abrindo mão das provas e concentrando as atividades no cumprimento das postagens nos prazos estipulados.

Este tipo de metodologia empregada na forma de avaliar apresentou-se como uma fuga das provas num primeiro momento para os estudantes. No entanto, sob o ponto de vista prático, exigiu um comprometimento e um empenho muito maiores das turmas do que necessariamente o estudo para uma prova, uma vez que todas as postagens eram avaliadas pelo conteúdo e teor, assim como o cumprimento dos prazos estipulados.

Conforme os exemplos aqui mencionados, foram muitas as dúvidas surgidas durante o período de execução. Mas em todos os casos foi possível chegar a um consenso em relação às formas, regimes e sistemas de governo. De maneira geral, a maioria dos grupos corresponderam ao que foi solicitado nas perguntas norteadoras. No total, foram criados 12 Estados seguindo orientações políticas e formas de governo diversas, dentre elas liberal de esquerda, liberal de direita, repúblicas democráticas e ditatoriais, monarquias absolutistas e parlamentares. Observou-se que nem todos dedicaram o mesmo nível de empenho a sua execução, o que resultou, obviamente, em alguns trabalhos de excelente nível e outros com qualidade que poderia ser melhorada, se os grupos tivessem explorado mais os temas solicitados.

Os Estados Redemoc (Anarquismo) e Wadeeya (Ditadura de esquerda) não figuram entre os melhores trabalhos, sob o ponto de vista estético e estrutural, mas talvez tenham sido os que mais contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, suscitando dúvidas, promovendo a pesquisa e conseqüentemente construindo e ressignificando saberes.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

QUEIROZ, F. M. R. de; GONÇALVES, M. B. **Fundamentos de Sociologia**. 3 ed, Brasília: [s.n.], 2008.

_____. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Tessituras do currículo Marista: Matrizes curriculares de educação básica: área de ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: União Marista do Brasil, 2014.